

O desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar

*The development of affectivity in
family social scene*

Vannúzia Leal Andrade Peres

Resumo

Faz-se uma reflexão sobre o desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar, movendo-se da Socionomia à Psicologia Cultural e Histórica da Subjetividade e levando-se em conta uma abordagem da Filosofia sobre o tema. O tecido resultante das diferentes contribuições teóricas e análise de exemplos empíricos, virá, ao final, representar a Epistemologia Qualitativa na sua pretensão de converter a produção em um processo de abertura de novas zonas de sentido para o estudo do fenômeno.

Palavras-chave

Desenvolvimento humano; afetividade; subjetividade.

Abstract

A reflection on the development of affectivity in family social scene, moving from Sociometry to the Cultural and Historical Psychology of Subjectivity and taking into account the approach of Philosophy on the topic. The resulting tissue of different theoretical contributions and analysis of empirical examples, will come at the end, represent Qualitative Epistemology in its claim to convert the production in a process of opening new areas of sense for the study of the phenomenon.

Keywords

Human development; affectivity; subjectivity.

**Vannúzia Leal
Andrade Peres**
Pontifícia Universidade
Católica de Goiás/
Universidade de Brasília

Professora Titular do
Departamento de Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica
de Goiás. Doutora em Psicologia,
com ênfase na área de
Desenvolvimento Humano. Pós-
Doutoranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Educação
(PPGE) da Universidade de
Brasília.

vannuzia@terra.com.br

Introdução

Eis a tarefa que assumimos: refletir sobre o desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar. Para isso tomamos a epistemologia qualitativa de González Rey (1997, 1999) que nos permite analisar criticamente diferentes concepções teóricas, reconhecer suas contradições e, a partir delas, considerar possíveis articulações para o desenvolvimento do tema.

O que são os afetos? Como as emoções estão implicadas na sua constituição? Como ambos estão envolvidos no processo de desenvolvimento do sujeito e de suas relações no cenário social familiar? Não ignorando o caráter complexo destas questões recorreremos à teoria das relações sociais, a Socionomia, de Levy Moreno (1997), à filosofia dos afetos de Baruch de Espinosa (1997) e à teoria cultural e histórica da subjetividade de González Rey (1995, 1997, 1999, 2003), sem deixar de incluir alguns exemplos sobre afetos produzidos e expressos por jovens no cenário do divórcio dos pais - construídos a partir de diferentes momentos empíricos do nosso trabalho de pesquisa sobre o tema.

A socionomia, as relações interpessoais na família e o desenvolvimento da afetividade

Jacob Levy Moreno, ao brincar com as crianças nos jardins de Viena, desafiá-las a expressar suas necessidades afetivas e criativamente transformá-las, demonstra recusar a visão determinista do ser humano. Embora afirme que as relações na família são a Matriz do desenvolvimento da identidade da criança, reconhece que ela é ativa e espontaneamente inserida nessas relações. Além de não concordar com uma interpretação unilateral do desenvolvimento, defende que a criança “se prepara e sustenta a si mesma a partir do momento de seu nascimento” (MORENO, 1997, p. 99).

A ideia de matriz espontânea e criadora da personalidade justifica a sua conclusão de que “a coerência não precisa ser uma característica de gêmeos idênticos num momento dado, nem de um só indivíduo em momentos diferentes” (MORENO, 1997, p. 102). Do seu ponto de vista a espontaneidade é o fator chave do desenvolvimento, desde o início da vida, somente possível em um “universo social aberto” no qual a criança possa se deslocar e se posicionar em relação a outras pessoas que também se desloquem em torno dela.

Vê-se por aí como propõe uma concepção de homem ativo e criativo no seu desenvolvimento, se movido por sua espontaneidade (fator e) e, por conseguinte, se envolvido em uma situação interpessoal. Examinar mais atentamente a sua ideia de espontaneidade foi uma forma de admitirmos que ele a reconhece como sendo produzida pelo indivíduo. Nesse aspecto, ele diz:

A raiz da palavra espontâneo e seus derivados é o latim *sponte*, com o significado de por livre vontade [...] tem a tendência inerente de ser experimentada por um indivíduo como seu próprio estado, autônomo e livre – isto é, livre de influências exteriores e de qualquer influência interna que ele não possa controlar (MORENO, 1997, p. 132).

Da mesma forma reconhece que “ela (a espontaneidade) não é apenas o processo dentro da pessoa, mas também o fluxo de sentimentos na direção

do estado de espontaneidade de outra pessoa [...], do que resulta uma situação interpessoal” (MORENO, 1997, p. 132). Em face disso defende que a espontaneidade não é uma energia e sim o seu produto final, isto é, “um sistema organizado de forças psíquicas que muda de tempos em tempos”. Como explica: “a espontaneidade é o fator que faz parecerem novos, frescos e flexíveis, todos os fenômenos psíquicos” (MORENO, 1997, p. 153).

A verdade é que reconhece momentos originais no desenvolvimento humano, momentos criadores e decisivos, porém de acordo com a espontaneidade. Como afirma: “de tempos em tempos surgem momentos que se convertem em *locii nascendi*, os quais lançam a pessoa numa nova trilha de experiência ou em um ‘novo papel’” (MORENO, 1997, p. 112).

Sua interpretação do desenvolvimento envolve a interpretação da dinâmica entre três fatores: o lugar (*locus*), o estado (*status nascendi*) e a gênese (matriz) do fenômeno em um determinado momento da vida do indivíduo; bem como a interpretação do seu estado de espontaneidade na situação interpessoal.

O seu problema é se prender ao significado de que o social é o outro e não se encaminhar para o tema do sujeito espontâneo e criativo, capaz de livremente gerar necessidade de agir para se desenvolver. Embora defenda uma criança cheia de potencialidades e livre de qualquer tipo de influência, contraditoriamente atribui o seu desenvolvimento à espontaneidade que somente se potencializa na relação com o outro e que implica em adequação. Embora presente em toda a sua Obra, buscou em vão explicar cientificamente essa categoria, como podemos demonstrar com a sua declaração:

Somos favoráveis à hipótese de que o fator “e” não é, estritamente, um fator hereditário nem, estritamente, um fator ambiental [...] parece ser mais estimulante supor que, no âmbito da expressão individual, existe uma área independente entre a hereditariedade e o meio ambiente, influenciada, mas não determinada pela hereditariedade (genes) e as forças sociais (tele) (MORENO, 1997, p. 101).

Do que aqui diz e em consonância com a sua teoria da Matriz de Identidade, entendemos que a espontaneidade é a expressão da vivência ativa da criança no desenvolvimento de sua psique a partir do desempenho dos papéis psicossomáticos, psicodramáticos (os da imaginação) e sociais, que, simultaneamente, dão o tom à sua relação com o outro. Vale assinalar a sua ideia de que “o papel é uma fusão de elementos privados e coletivos” (MORENO, 1977, p. 113), desenvolvido pelo indivíduo, com sua criatividade. Esta ideia virá isentá-lo de uma visão dicotômica da psique e de uma visão de indivíduo estático, subordinado a papéis pré-estabelecidos.

Assim, fala de um homem que se junta ao outro na luta pela vida e não por acaso, mas por escolha, o que resulta na sua elaboração da sociometria ou método experimental de medida das relações sociais. Neste momento torna clara a sua compreensão totalizadora do *socius* e da *psyché*. Conclui que a posição sociométrica do indivíduo no seu espaço social depende do grau de atração entre ele e os outros indivíduos, isto é, da reação interpessoal ou Tele. Nas suas palavras: “[...] a unidade mais simples de sentimento transmitida de um indivíduo a outro [...] por muito pouco expansiva ou rudimentar que seja é uma expressão do grau de atração entre os indivíduos” (MORENO, 1997, p. 135).

Desta maneira demonstra que não antagoniza a vida afetiva e a vida social do indivíduo. Para ele, é precisamente a Tele - o envolvimento afetivo e social recíproco - que permite às pessoas não apenas se defrontarem, mas se experimentarem mutuamente e consumarem a sua relação. Contudo é preciso compreender o seu conceito de Tele também em relação com o

conceito de Encontro enraizado na filosofia de Martin Buber. Para o filósofo (BUBER, 1985, p. 19) é apenas no encontro que o ser humano pode experimentar o que se passa no íntimo do outro.

Talvez, com dificuldade de conceituar cientificamente a palavra encontro, Levy Moreno (1997, 1983) a devolve ao seu *status nascendi* - a vivência - que, precisamente, envolve emocional e afetivamente as pessoas. Na sua visão, o encontro integra pensamento e emoção e deve ser a condição desejada pelo ser humano nas suas relações. Inspirado nessa ideia encontra motivação para sua Obra e elabora os conceitos já mencionados e outros mais, como o conceito de inversão de papéis, ou o ápice do desenvolvimento da Matriz de Identidade, quando a criança já é capaz, como explica, de dizer eu e experimentar o mistério do tu.

É interessante como atribui o desenvolvimento da capacidade de inversão a vínculos profundos e duradouros, isto é, à tele, o que Naffah Neto (1979, p. 36-37) analisa criticamente:

Se o conceito de tele implica uma concepção das relações sociais como necessárias e fundantes, o conceito de "átomo social" as fragmenta e as torna exteriores [...] o conceito de papel ainda permanece cindido entre a concepção teatral e uma concepção social que não encontra seu lugar numa verdadeira análise social, histórica e econômica [...] é dessa forma que a teoria moreniana cindida nessa série de imprecisões e indefinições (...)talvez tenha a forma de uma obra não-acabada [...].

Do nosso ponto de vista há de se levar em conta o fundamento filosófico da visão de homem de Levy Moreno, isto é, de um homem capaz de se realizar na vivência afetiva com o outro. Daí decorre a sua proposta de uma sociologia atômica que considere a sociedade organizada em pequenos grupos de cooperação, a partir da tele entre as pessoas. Afinal, como reconheceu o próprio Naffah Neto - terá sido este o substrato para a elaboração do seu conceito de átomo social ou núcleo de indivíduos emocionalmente relacionados.

É patente como o conceito de átomo social virá reafirmar a importância do *socius* na teoria sociométrica de Levy Moreno, inclusive a ideia de que a menor unidade da sociedade seria o próprio átomo social e não o indivíduo. Com este conceito virá definir o indivíduo envolvido com pessoas (próximas ou distantes) em um determinado período de tempo. Com efeito, tudo indica que o átomo social do indivíduo o define nas suas relações significativas, isto é, nas suas relações de ligação e de rejeição, quando ele escolhe e é escolhido, ou não.

Como conclui Naffah Neto (1979), o conceito de átomo social virá apontar para o de intersubjetividade, designada como um espaço vivido, isto é, compartilhado emocionalmente por vários sujeitos e com fronteiras entre eles, estreitas, ou não, mas que os circunscrevem e definem sua posição no grupo. O método sociométrico virá definir o sujeito no grupo e os outros sujeitos do grupo em relação a ele (seu átomo social). Por seu turno, a sociodinâmica do grupo virá definir as circunstâncias em que o grupo se constitui e se desenvolve. Ao final e ao cabo ambos virão definir que o sujeito não é isento das circunstâncias do grupo e o grupo não é isento das circunstâncias sociais e culturais nos quais está inserido.

Em síntese, o indivíduo na concepção de Levy Moreno será sempre constituído por suas relações, desejadas, ou não, abertamente manifestas ou encobertas, ambas em interação com uma sociometria social, por sua vez regulada por normas e valores das instituições. Assim, conforme sua própria prescrição, caso não tivesse parado por aí, talvez tivesse chegado a se perguntar como a criança participa de sua constituição psicológica e, portanto, da constituição de relações afetivas no seu espaço social familiar.

Contudo, com certeza, estava preocupado não com a definição do sujeito psicológico, mas com suas relações sociais propriamente ditas e as repercussões dessas relações no desempenho de seus papéis.

Mesmo ao suspeitar da existência de uma personalidade privada por detrás da máscara do ator, no teatro legítimo, não chegou a explorar teoricamente a importância da tensão gerada pelo ator para romper com a conserva do papel ou com a conserva cultural, termo que utilizou para criticar a valorização do produto e não do criador, da repetição e não da criação. Contudo foi por aí que se encaminhou para a elaboração de um método psicoterapêutico de ação, o psicodrama, por meio do qual o sujeito é instigado, no momento, a libertar-se da conserva cultural, ser espontâneo e criativo para reorganizar o sentido de sua relação com o mundo.

Naffah Neto (1979, p. 60) ressalta como a perspectiva sócio-atômica de Levy Moreno virá contribuir para o desenvolvimento do pensamento científico ao definir um ponto de transição entre o indivíduo e a sociedade global” ou a compreensão de sua subjetividade.

De nossa parte queremos ressaltar a complexidade da definição do átomo social da criança ou de sua configuração sociométrica que inclui não somente as escolhas, as rejeições ou as indiferenças de sua família em relação a ela, às quais é particularmente sensível, mas também sua ação de escolher, rejeitar, romper, optar, decidir. Diante disso, concordamos inteiramente com Mitjáns Martínez (2005) sobre a necessidade de construção de um sistema de categorias que dê conta de tamanha problematização. Mais que isso, como atesta o psicólogo russo Lev Vygotsky (2009), na sua discussão sobre problemas de método, é inevitável que uma nova aproximação do tema nos conduza a novas categorias empíricas e teóricas.

Antes disso, a nossa pergunta, tal como o fez Vygotsky (2004), é sobre as proposições da filosofia para a descrição e explicação das emoções envolvidas na definição do homem. Na sua opinião este é um problema histórico que envolve a confrontação de diferentes posições, como a de Descartes, James e Lange ou de Descartes e Espinosa, todas elas por ele analisadas para a elaboração de uma teoria das emoções e, portanto, de uma teoria da vida afetiva.

A vida afetiva como objeto da filosofia: elementos para o estudo psicológico das emoções

Com uma aproximação do tema do desenvolvimento do sujeito afetivo na perspectiva de González Rey e, portanto, de sua psicologia cultural e histórica da subjetividade, geramos a necessidade de resgatar especificamente alguns aspectos da filosofia de Espinosa, analisada por Vygotsky (2004) e mais recentemente interpretada pela filósofa brasileira Marilena Chauí (2011), especialmente no que tange a sua Ética e, portanto, no que tange a sua ideia de homem livre que sabe como moderar seus afetos. Eis a proposição original de Espinosa sobre o tema:

Por afeto entendo as afecções do corpo pelas quais a potencia de agir do próprio corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias dessas afecções (ESPINOSA, 1997, p. 276).

Da proposição de Espinosa, tomamos como aspecto relevante sua oposição ao dualismo cartesiano e, portanto, a sua ideia de que “tudo o que acontece no corpo humano, a alma humana deve percebê-lo” (ESPINOSA, 1997, p. 241).

Na sua interpretação, Chauí (2011) conclui que na filosofia de Espinosa “mente é ideia do corpo”, não de um corpo mecânico, mas de uma singularidade complexa e dinâmica e que pode, nas relações, ser afetado de várias maneiras e afetar, se transformando.

A nossa síntese da proposição de Espinosa: se o corpo é afetado e sofre (é passivo) a alma também sofre (é passiva) ao ter idéias inadequadas. Do contrário, se o corpo é ativo (age), também a alma, ao ter ideias adequadas. Porém, diz o filósofo, “nem o corpo pode determinar a alma a pensar, nem a alma determinar o corpo ao movimento ou ao repouso” (ESPINOSA, 1997, p. 278).

Para Chauí, essa virá ser a ênfase definitiva de Espinosa: a mente como ideia de afecções corporais. Decorre daí seu entendimento sobre a proposição do filósofo, de que são as disposições do corpo e da mente que constituem o indivíduo singular que afeta outros e é por eles afetado de várias formas, dependendo das circunstâncias. Assim, Chauí entende que, em Espinosa, como uma aptidão do corpo e da mente, os afetos serão guiados não somente pela imaginação, mas também pela razão – vivida como um afeto ou um desejo ativo. E conclui: “o desejo é o que nos faz agir e abarca a totalidade da vida afetiva, não se distinguindo do apetite, do impulso ou da volição.” (CHAUÍ, 2011, p. 63).

A interpretação de Chauí (2011, p. 66), do que diz Espinosa:

Um conhecimento verdadeiro somente vence uma paixão se ele próprio for experimentado como um afeto, pois o conhecimento verdadeiro, do bom e do mau nada mais é do que o afeto de alegria ou de tristeza quando dele somos conscientes [...] a mente ativa esforça-se para conhecer o corpo e conhecer-se [...] tornando-se capaz de reflexão, a mente torna-se capaz de interpretar seus afetos e de conviver com a potência imaginante de seu corpo.

Não há dúvida de que Chauí chama a atenção para a necessidade de aprofundamento do tema da vivência emocional do sujeito no seu processo de produção do conhecimento, de maneira que se aproxime de si mesmo, seja de fato ativo e não se deixe levar pelas paixões ou pela exterioridade. Seria esta a proposição de Espinosa, de que a ação afetiva, que depende inteiramente do sujeito, é mais forte que a paixão.

“A liberdade é a identidade de si consigo”. Esta é a interpretação de Chauí (2011, p. 295) do pensamento de Espinosa sobre a liberdade. Assim, conclui que a liberdade possibilita ao sujeito refletir (interpretar seus afetos) e agir, exatamente porque se aproxima de si e sabe o que é e o que pode. Afinal, compreende em Espinosa que “a possibilidade de ação reflexiva da mente se encontra, portanto, na estrutura da própria afetividade” (CHAUÍ, 2011, p.99).

Do que queremos nos ocupar – do processo de desenvolvimento do sujeito afetivo – nos interessa, sobretudo, a afirmação do filósofo da livre necessidade da alma humana como fundamento para o controle dos afetos. Daí sucede o interesse de abrirmos a discussão sobre o sujeito da ação de González Rey, cujas necessidades são geradas na sua vivência emocional das relações.

A nossa interpretação do que diz Espinosa é de que a vivência emocional dos filhos no cenário social familiar pode ser importante elemento para o desenvolvimento da sua condição de sujeito de seus afetos. Pressupomos que nesse cenário eles podem desenvolver, inicialmente, sua capacidade de agir por livre necessidade de se transformar e de transformar seu espaço social. Com outras palavras, nessa vivência eles podem gerar necessidades, reconhecer suas afecções e buscar afetar e serem afetados, de forma a produzirem saúde para si e para o outro. Entretanto, isso será

possível na situação do divórcio dos pais, momento em que vivenciam afetos contrários, como o medo e a esperança?

Espinosa reflete e busca demonstrar suas idéias sobre esses afetos. No caso do medo, é interessante a sua proposição:

Esse afeto, pelo qual um homem é disposto a não querer aquilo que quer e a querer aquilo que não quer, chama-se temor (*timor*), que não é nada outro senão o medo (*metus*) quando um homem é disposto por este a evitar, com um mal menor, um mal maior que julga futuro (ESPINOSA apud CHAUI, 2011, p. 180).

Sobre isso, exatamente, consiste a expressão de um jovem na situação do divórcio dos pais. Para ele, a tarefa de visitar o pai era muito cansativa porque precisava aceitar visitar sem querer e sem querer dizer que não queria. Tinha medo de machucar o pai se o dissesse e causar um problema maior na família. Então, mesmo sem querer estar com o pai e sem querer dizer que não queria, obedecia à prescrição da mãe e o acompanhava. O exemplo permite questionarmos a proposição de Espinosa sobre a dificuldade do homem de moderar afetos contrários. Neste caso, ao formar uma ideia clara e distinta de seu medo de machucar o pai e de sua esperança no futuro, isto é, na mudança da situação, o jovem teria aprendido a moderar seus afetos. A esperança teria sido mais forte que o medo. Contudo, ao não se confrontar com a tensão vivenciada nesse processo, se dispersa, gera insegurança e se torna agressivo na escola.

Em outro exemplo, o jovem desejava se encontrar com o pai, porém nunca o procurava; tinha medo de ser rejeitado. Imaginava que o pai não o queria porque havia se omitido após a separação. No sentido de Espinosa, o jovem teria se tornado passivo, se ocultando de si mesmo e se deixando possuir pela exterioridade ao atribuir a causa do problema ao pai. Simultaneamente, seu corpo padecia (não agia), se deixava corromper pela paixão, isto é, por afetos da sua vida imaginativa, o que repercutia nas suas ações e relações na escola. O medo era mais forte que a esperança. Sem esperança de solucionar o problema, sucumbe à tirania do medo, ou seja, o converte em dificuldade de agir, deixando de participar na constituição do cenário de aprendizagem na escola.

Ambos os exemplos mostram a complexidade implicada na vivência emocional dos filhos no cenário do divórcio dos pais. Muitas vezes os pais chegam a declarar que os filhos aprenderam a esconder suas emoções, especialmente nos casos em que a esperança, mais forte que o medo, não é gerada por eles nas suas relações, como mostra o segundo exemplo.

Decorre, pois, de uma construção interpretativa de diferentes situações a nossa suposição de que casos como estes sejam mais frequentes do que se imagina. No Brasil contemporâneo, as estatísticas (KASLOW; SCHWARTZ, 1995; SOUZA; RAMIRES, 2006; JOEL BIRMAN, 2006) reafirmam essa nossa suposição e a de que o problema da expressão e controle dos afetos dos sujeitos no decorrer dos processos de divórcio deve ser mais estudado.

Chama a nossa atenção a Obra do filósofo contemporâneo, o francês Luc Ferry (2007), especialmente dedicada a pais e filhos. Ao fazer uma análise da sociedade individualista, globalizada e marcada pela ênfase na racionalidade, conclui que deveria haver um peso maior do afetivo nas relações sociais, o que não tem sido suficientemente discutido pelos estudiosos da psicologia, à exceção daqueles que tem buscado construir e desenvolver novas categorias para a nova realidade social, como é o caso do teórico cubano González Rey (2003, 2004), claramente comprometido com o desenvolvimento de uma teoria da subjetividade em uma perspectiva cultural e histórica.

A produção subjetiva da emoção, a constituição do sujeito da ação e o desenvolvimento da afetividade

Assumimos a categoria subjetividade, tal como proposta por González Rey (1997, 2003, 2004), como a mais importante e desafiadora no estudo da emoção que orienta a ação do sujeito nos diversos espaços sociais em que se desenvolve, tal como a família.

Ao assumir um paradigma revolucionário na psicologia - o construtivismo dialético - o autor rompe definitivamente com as dicotomias mantidas nos estudos psicológicos mais tradicionais (cognitivo x afetivo, objetivo x subjetivo e individual x social), se posiciona em favor da complexidade da emoção articulada a uma teoria da personalidade e toma o sujeito, com sua subjetividade, como fontes de estudo.

Decorre daí sua idéia de subjetividade que envolve o sujeito na tarefa de articular a complexidade de elementos simbólicos e emocionais, individuais e sociais que cercam a sua vida concreta, sendo, portanto, contraditória, complementar e recursiva, como mostra na sua definição:

A subjetividade é a organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se configuram de diferentes formas no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais nos quais o sujeito atua (GONZÁLEZ REY, 1999, p. 108).

Assim, o autor propõe a categoria sujeito interrelacionada à subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2003). Histórica e socialmente constituído, o sujeito será explicado por meio da análise de sua complexa vivência emocional em diversos cenários de desenvolvimento. Obviamente, não é um sujeito submisso no seu processo de desenvolvimento, mas um sujeito que atua dinamicamente na constituição da vida social que o constitui.

Com efeito, o sujeito de González Rey é, fundamentalmente, um sujeito da ação: produz emoções, gera sentidos subjetivos e necessidades, com os quais, recursiva e contraditoriamente, se posiciona concretamente e constitui seu processo de desenvolvimento. Somente irá se singularizar ao produzir sentidos subjetivos de suas atividades e relações, o que implica ser ativo no seu processo histórico em diferentes cenários sociais.

O sentido subjetivo será, então, designado como “complexas combinações de emoções e de processos simbólicos” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 41). Convencido da importância dessa categoria para o estudo da personalidade, o autor busca desenvolver um complexo sistema no qual ela possa ser inserida, a subjetividade. Nesse encadeamento, a produção do sentido subjetivo virá ser “o resultado da tensão entre os sentidos que aparecem no percurso da ação do sujeito e os sentidos que antecedem esse momento, a partir das configurações subjetivas implicadas em cada situação complexa dessa ação” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 35).

González Rey virá dar vida ao sujeito da ação e à complexidade que envolve sua constituição subjetiva na vida concreta. Evocando as vivências emocionais desse sujeito no seu cenário social familiar, supomos que os sentidos subjetivos gerados por ele, permitindo que se organize psicologicamente, são fundamentais para explicar a singularidade da força e da expressão de seus afetos nas suas relações. Em decorrência, supomos que esses afetos são fundamentais para explicar as mudanças que produz no seu processo cultural e histórico de desenvolvimento.

González Rey (2007, 2011) potencializa a categoria “vivência emocional ou unidade dinâmica personalidade-meio”, da teoria histórico-cultural, ao implicá-la com a produção subjetiva do sujeito. Assim, permite

que interpretemos a força da expressão dos afetos historicamente produzidos pelo sujeito no cenário social familiar e integrados na sua personalidade, em relação com os modos de vida da sociedade em que vive.

Sendo impossível imaginar os avanços que virão desta perspectiva para o processo de educação afetiva do homem contemporâneo, seja na escola ou em outros espaços como o da psicoterapia, nos contentamos em entender a necessidade de uma interpretação dialética da constituição histórica desses afetos. Vejamos a explicação de González Rey:

A dialética favorece superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, assim como a dicotomia entre o externo e o interno, ao explicar que os sistemas evoluem à mercê das próprias contradições geradas por eles, e não por influências externas. O externo somente atua por meio da organização própria do sistema afetado (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 75).

É patente como o autor chama a nossa atenção para o fato de que, embora o sujeito produza uma subjetividade que aparece em um momento de sua própria história, ela não pode ser descolada da história da sociedade em que vive. Na sua concepção é exatamente a complexa vivência emocional de contradições na vida concreta que permite ao sujeito gerar os sentidos subjetivos que orientam suas atividades e relações. Com outras palavras: González Rey propõe o estudo da emoção como constitutiva da subjetividade do sujeito que é por ele expressa de forma indireta (mediata) nas suas atividades e relações sociais. Assim, o autor representa as emoções não como sistemas externos à realidade, mas como a própria realidade humana complexa e dinâmica, se realizando incessantemente no sujeito da ação.

Contra qualquer representação da emoção como exterioridade, virá sugerir que estudemos as complexas dinâmicas do sujeito nos seus sistemas de relações. Nas relações dentro da escola, diretamente envolvida com os sentidos subjetivos gerados na produção do conhecimento, entende que a emoção explica os movimentos do sujeito para outras produções que constituirão a sua singularidade no processo de aprender (GONZÁLEZ REY, 1999, 2004).

Afinal, o que busca explicar González Rey sobre a emoção? Decididamente, o seu caráter subjetivo, isto é, o seu envolvimento com a constituição do complexo sistema psicológico do sujeito. Desse ponto de vista, virá tornar necessário que expliquemos como cada nova emoção, produzida pelo sujeito na vivência de suas relações, irá assegurar que gere novo sentido subjetivo dessas relações e nova necessidade que o impulse para a ação, para a transformação de si mesmo e para a transformação de seus espaços sociais.

Eis o motivo de González Rey elaborar uma representação complexa da personalidade (1995, 1999, 2004) ou buscar converter a personalidade em uma “configuração” que integra vários e diferentes aspectos da vida do sujeito. Mais precisamente, converte a personalidade em uma “configuração” relativamente estável de definição psicológica do sujeito, mas que, sendo viva e dinâmica como o próprio sujeito, é constantemente por ele renovada ao implicá-la com novas configurações.

Desse ponto de vista, González Rey assegura que o sujeito produz emoções e necessidades que se inter-relacionam recursiva e dinamicamente e as renova constantemente. Em síntese, assegura que elementos similares, que expressem sentidos psicológicos distintos, expliquem a configuração subjetiva ou as formações psicológicas complexas do sujeito. No caso da motivação, não mais será uma configuração de exterioridades. Ao ser convertida em uma configuração estável da personalidade, será

imprescindível para que o sujeito organize núcleos de sentido de suas diferentes relações e atividades e, então, se defina psicologicamente.

Com sua teoria da subjetividade González Rey reafirma a concepção de Vygotsky (2004, 2009) sobre o desenvolvimento humano como um processo de mudança, porém o identifica, definitivamente, com a variedade de emoções produzidas pelo sujeito. Dito de outra forma, ele se encaminha para o estudo da subjetividade produzida pelo sujeito do desenvolvimento (GONZÁLEZ REY, 1999, 2003). Assim, destaca que no processo comunicativo, desde cedo, complexas emoções são produzidas pela criança definindo a qualidade das relações entre ela e os adultos que a cercam e como a tensão emocional gerada nesse processo garante o desenvolvimento da sua condição de sujeito.

O sujeito de González Rey é, pois, aquele que desenvolve a capacidade de decidir, fazer escolhas, romper ou criar alternativas singulares e criativas para a sua vida concreta. Sem dúvida alguma, suas ações serão sempre implicadas com suas produções subjetivas, quer dizer, serão mediadas não pelo outro, mas por ele próprio, a partir de suas contradições geradas nesse processo. Sua subjetividade será a chave da questão; a forma como irá integrar dialeticamente o interno e o externo, o individual e o social, constituindo nessa tensão seu complexo tecido psicológico.

Com este e outros argumentos, González Rey (2003) desenvolve a ideia original de Vygotsky sobre a formação social da psique e sugere uma interpretação complexa da produção subjetiva do sujeito na relação com o outro. Assim virá subverter o conceito de social como externo e independente do sujeito. Com sua teoria virá, justamente, reconhecer o sujeito comprometido com a constituição do espaço social que o constitui e com a produção de emoções constitutivas de seus processos psicológicos. Assim, explica que o sujeito gera as emoções e as converte, ou não, em necessidades e motivos para agir e se desenvolver, como declara:

As necessidades não designam somente o que o sujeito “necessita” [...] elas representam as configurações de sistemas de emoções que, longe de facilitar a vida do sujeito, a dificulta extraordinariamente [...] a insegurança pode representar um estado de necessidade [...]. As emoções geradas mediante esta necessidade podem ser facilitadoras de certas formas de expressão, porém profundamente perturbadoras para outras (GONZÁLEZ REY, 1999, p. 130).

Diferente de Vygotsky e de Espinosa, González Rey nos oferece a possibilidade de entender que o afeto, envolvido com as necessidades do sujeito, não é representado em si mesmo, sendo impossível identifica-lo com as dimensões da linguagem e das significações. Como consequência virá esclarecer que as emoções e os sentidos subjetivos gerados pelo sujeito, nem sempre acessíveis à consciência, podem não ser identificados de forma imediata no cenário da pesquisa.

Considerações finais

É fato que a pesquisa nem sempre evidencia de imediato como filhos e pais são mutuamente afetados por emoções contraditórias que produzem nas suas relações. Evidentemente a epistemologia qualitativa de González Rey (2005) pressupõe que o pesquisador entre em contato com essas emoções, valorize as informações construídas sobre elas em diferentes momentos empíricos e interprete como mobilizam o sujeito para a ação e controle, ou não, da expressão criativa de suas necessidades e afetos.

No cenário da construção das informações sobre as produções subjetivas de jovens no cenário do divórcio dos pais há quem reconheça aberta e livremente seu medo, bem como sua necessidade de não se converter em vítima dessa situação. Já a expressão afetiva de rebeldia de um determinado jovem pôde ser interpretada como um elemento de sua produção subjetiva em relação à complexa dinâmica do divórcio de seus pais. Certamente emoções contraditórias, historicamente vivenciadas por ele, estavam implicadas nessa sua produção. Entre elas, a raiva e a insegurança, claramente expressas nas suas dinâmicas relacionais na escola.

A compreensão da gênese das emoções exige do pesquisador a interpretação de uma multiplicidade de elementos culturais e históricos, direta e indiretamente implicados na situação e na vivência emocional do sujeito em relação a eles. Este é o método de González Rey (2003, 2005), indiscutivelmente compatível com o estudo qualitativo da emoção e, portanto, do desenvolvimento e expressão dos afetos implicados com as categorias sujeito e subjetividade.

De nossa parte, buscamos interpretar como esses elementos estão envolvidos na organização psicológica dos filhos ou na qualidade de seus afetos presentes na situação do divórcio dos pais. Não temos dúvida de que as complexas dinâmicas emocionais dos jovens decorrem de suas produções subjetivas no cenário social familiar que definem sua condição de sujeito, ou não, de seus afetos.

Nesse sentido, o estudo da subjetividade, salvo algum engano, poderá constituir uma revolução para as ações da justiça com famílias em situação de divórcio. Ao tomarem conhecimento da gênese das emoções e dos afetos expressos por cada um dos filhos, no cenário do divórcio dos pais, os juízes de família poderão ter mais segurança nas suas decisões em relação aos modelos de guarda e de visita a serem oferecidos a pais e filhos.

Melhor refletindo: inicialmente o que se nos revela é o quão desconhecido é o processo de desenvolvimento da afetividade. Conquanto reconheçamos que corpo e mente, cognitivo e afetivo estejam dinâmica e recursivamente interrelacionados nesse processo, ainda temos dificuldade de explicar como o sujeito articula esses aspectos e os converte, ou não, em relação livre e autêntica com o outro.

A posição de Levy Moreno quanto à necessidade humana das pessoas viverem afetivamente a relação, parece ser algo conclusivo para a explicação desse processo. Entretanto, sem dúvida alguma, será o sujeito, com sua subjetividade e ação singular na família e fora dela que fará a diferença. Concordamos com González Rey sobre o sujeito da ação como a chave desse processo.

Para nós, é cada vez mais real a ideia de um sujeito que se confronta com a tensão no espaço social familiar, se emociona, gera sentidos subjetivos dessa vivência emocional e se mobiliza para a ação e autênticas e criativas relações afetivas.

Assim, o confronto daquele jovem com o seu medo do abandonado serviu, exatamente, para que se abrisse à produção de novos sentidos subjetivos da situação e se mobilizasse para uma ação qualitativamente diferente na família e na escola. Se confrontar e romper com tudo o que representava uma ameaça para o seu desenvolvimento significou uma motivação para tomar consciência de seus afetos, no sentido de Espinosa, e buscar superá-los com sua ação. Desta forma, o medo não mais foi um empecilho para a sua ação de se transformar e ao seu espaço social.

Não será este o sujeito da ação de González Rey (2003)? Com efeito, será legítima a nossa interpretação de sua expressão afetiva? Curiosamente podemos construir indicadores de sentido de suas configurações de personalidade ou de como sua organização afetiva estaria orientando suas

atividades e relações. Em síntese, parafraseando González Rey, podemos dizer que a qualidade afetiva de sua ação na transformação do cenário social do divórcio de seus pais é a expressão de suas configurações atuais de personalidade – organizadas a partir de suas produções subjetivas de vivências emocionais na família, desde muito cedo.

Diferente do ator no teatro legítimo, que segundo Levy Moreno conflita com o personagem e gera para si uma tensão como expressão de sua subjetividade, contudo sem se libertar da conserva do papel, este jovem, com sua ação, recria o papel social de filho que lhe é imposto na situação do divórcio e se recria, se convertendo em sujeito de seu desenvolvimento e, portanto, em sujeito de sua expressão afetiva nas suas relações.

Ao final, qual virá ser a contribuição de Levy Moreno para a nossa reflexão sobre o desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar? Embora apenas tangencie teoricamente o tema da subjetividade, o torna evidente na ação dramática. Na nossa visão, a dramatização é um momento privilegiado para o sujeito concretizar, no “como se” o seu cenário de desenvolvimento, podendo vivenciar emocionalmente esse cenário e produzir um novo sentido subjetivo para ele. A vivência emocional da vida concreta na situação dramática lhe permite se converter em autor do seu drama, podendo recriá-lo com sua produção subjetiva. Entretanto, o tema da intersubjetividade como forma das pessoas desenvolverem a relação é o que mais representa Levy Moreno e sua construção teórica.

González Rey (1997, 2003), ao contrário, teoriza sobre a subjetividade e elabora a ideia de ação intersubjetiva ou de um processo recursivo entre a subjetividade social e a individual. Nisso, volta a enfatizar o sujeito como aquele que se confronta com a subjetividade social e constitui, ele próprio, seu espaço social, tal como ocorreu com o jovem de nosso exemplo.

Por último, mas não definitivamente, entendemos que o desenvolvimento da afetividade tem mesmo raízes nas relações espontâneas da criança no seu espaço social familiar, como defende Levy Moreno, porém não somente nelas. As relações na escola também são importantes para o desenvolvimento dessa condição. Retornando, entretanto, à argumentação de González Rey entendemos que a própria criança cria essa condição com sua produção subjetiva dessas relações. Se para Levy Moreno o núcleo da questão é a espontaneidade que possibilita à pessoa vivenciar os afetos nas suas relações, da forma mais autêntica possível, para González Rey esse núcleo é o próprio sujeito que produz complexas e contraditórias emoções nessa vivência, o que o mobiliza para a ação e transformação de sua realidade concreta.

Assim, não podemos deixar de reconhecer a possibilidade de tecer junto alguns elementos das duas teorias, embora seus fundamentos epistemológicos e filosóficos até se contradigam. O mais interessante é que ao fazerem uma aliança com a saúde, ambos os autores - Levy Moreno e González Rey - não deixam de apresentar alguma aproximação com as ideias de Espinosa que, segundo a historiadora francesa, Elizabeth Roudinesco (2010), inverte o argumento da queixa dos judeus, da lamentação e da catástrofe, e rompe com suas práticas sociais, mesmo sendo por eles execrado.

Nesse sentido, o que apreendemos do filósofo é seu combate ao irracionalismo e sua definição do que há de mais importante no sujeito, isto é, sua possibilidade de desenvolver afetos que sejam libertadores.

Ao retomarmos o teor da nossa introdução, podemos arriscar um argumento sobre o desenvolvimento da afetividade: se não há sujeito sem subjetividade não há subjetividade nem sujeito sem espontaneidade e criatividade. Queremos dizer que a produção subjetiva do sujeito é a expressão de sua espontaneidade nas suas relações e, simultaneamente, a

expressão da qualidade de sua vida psíquica, incluindo a qualidade da produção e expressão de afetos que o mobilizem, ou não, para a ação criativa. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da afetividade implicaria na ação espontânea e criativa do sujeito para a produção da saúde na sua vida e, portanto, nas suas relações com o outro.

Sobre o artigo

Recebido: 07/11/2012

Aceito: 21/11/2012

Referências bibliográficas

- BIRMAN, J. Tatuando o desamparo. In: CARDOSO, M. C. (Org.). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006, p. 25-43.
- BUBER, M. **Que es el hombre?** México: Fondo de Cultura, 1985.
- CHAUI, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ESPINOSA, B. **Pensamentos metafísicos. Tratado da correção do intelecto. Tratado político. Correspondencia**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- FERRY, L. **Aprender a viver. Filosofia para os novos tempos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- GONZÁLEZ REY, F. **Comunicación, personalidad y desarrollo**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1995.
- GONZÁLEZ REY, F. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997.
- GONZÁLEZ REY, F. **La investigación cualitativa en psicología. Rumbos y desafíos**. São Paulo: EDUC, 1999.
- GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson, 2003.
- GONZÁLEZ REY, F. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: SIMÃO, L. M.; ALBERTINA, M. M. (Org.). **O outro no desenvolvimento humano**. São Paulo: Thomson, 2004. p. 1-27.
- GONZÁLEZ REY, F. **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thomson, 2005.
- GONZÁLEZ REY, F. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade. Uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson, 2007.
- GONZÁLEZ REY, F. **Subjetividade e saúde. Superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.
- KASLOW, W. F.; SCHAWARTZ, L. L. **As dinâmicas do divórcio. Uma perspectiva de ciclo vital**. São Paulo: Editorial PSY, 1995.
- MARTINEZ, A. M. A teoria da subjetividade de González Rey: Uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In: GONZÁLEZ REY, F. L. (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thomson, 2005, p. 1-25.
- MORENO, J. L. **Fundamentos do psicodrama**. São Paulo: Summus, 1983.
- MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- NAFFAH Neto, A. **PSICODRAMA. Descolonizando o imaginário. Um ensaio sobre J. L. Moreno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ROUDINESCO, E. **Retorno à questão judaica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SOUZA, R. M.; RAMIREZ, V. R. R. **Amor, casamento, família, divórcio e depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus, 2006.

VYGOTSKY, L.S. **Teoría de las emociones. Estudio histórico-psicológico**. Madrid: Akal, 2004.

VYGOTSKY, L.S. **El desarrollo de los procesos psicológicos superiores**. Buenos Aires: Crítica, 2009.